

1. *Introdução;*
2. *Objetivos deste trabalho;*
3. *Metodologia utilizada;*
4. *A concentração;*
5. *Principais alterações patrimoniais;*
6. *Considerações finais.*

*Ary Bouzan ***

CONCENTRAÇÃO E ECONOMIAS DE ESCALA
 NOS BANCOS COMERCIAIS BRASILEIROS*

Apresentação

*Alkimar Ribeiro Moura ****

Em fins de abril próximo passado, com o súbito falecimento do Prof. Ary Bouzan, perdeu a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) um de seus mais ilustres professores. Ligado à instituição desde os seus primeiros e mais difíceis momentos, o Prof. Bouzan serviu-a com lealdade e dedicação exemplares, não apenas como mestre competente que sempre foi, mas também como administrador incansável, constantemente chamado a ocupar postos de responsabilidade dentro da EAESP. Em 1958, serviu-a como assistente da Diretoria; no ano seguinte, ocupou a posição de Secretário-geral da Escola. Foi o primeiro chefe do Departamento de Ciências Sociais em 1963; vice-diretor de 1964 a 1967, cargo esse que viria a ocupar novamente no período 1970-71. Dirigiu a *Revista de Administração de Empresas* em 1968-69. Foi um dos idealizadores da criação do Departamento de Economia da EAESP e seu primeiro chefe, desde fevereiro de 1971 até o dia do seu falecimento. Em todos esses postos, foi o Prof. Bouzan capaz de exercer uma visão objetiva, necessária nas decisões administrativas cotidianas sem, contudo, perder o sentido de grandeza que ele sabia dever existir em projetos educacionais voltados mais para a construção do futuro, do que para a preservação do passado.

Economista, realizou cursos de especialização na London School of Economics and Political Science e na Universidade de Nova Iorque. Como articulista e pesquisador, deixou artigos publicados em revistas especializadas, além de dois livros em co-autoria.

Em toda essa obra, pode-se observar que o Prof. Bouzan manteve fidelidade a uma linha de preocupação intelectual e acadêmica voltada, predominantemente, para o estudo e debate dos problemas que afetam a realidade econômica brasileira. Daí sua preferência em lecionar cursos de política econômica e de economia brasileira, onde podia combinar a utilização do instrumental analítico da teoria econômica com a reflexão histórica, tão necessária para situar os fenômenos econômicos dentro de uma perspec-

* A montagem e preparação editorial deste trabalho esteve aos cuidados do Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira, do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

** Ex-professor e chefe do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas, FGV.

*** Professor do Departamento de Economia da EAESP, FGV.

tiva cultural social e política. Esta mesma fidelidade explica a escolha do tema ao qual ele se dedicou para a elaboração de tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em novembro de 1972. A tese, intitulada "Os bancos comerciais no Brasil: uma análise do desenvolvimento recente, 1965-71" procura examinar as relações entre concentração e eficiência do sistema bancário brasileiro, e como tal, representa uma contribuição importante para o estudo de um dos aspectos menos discutidos da recente experiência brasileira de política econômica.

A *Revista de Administração de Empresas* decidiu publicar, neste número, parte da introdução e o último capítulo da tese do Prof. Ary Bouzan. Esperamos que a divulgação desse artigo possa contribuir para suscitar os debates em torno do problema da concentração bancária no Brasil e que esses debates sejam realizados nos mesmos níveis de excelência acadêmica que o Prof. Ary Bouzan tanto prezou.

Pode-se dizer que é bem recente a preocupação dos economistas acadêmicos no Brasil com a questão da concentração dos bancos comerciais. Os primeiros trabalhos sobre esse tema datam de 1967 e coincidiram com o início de um processo de fusões de estabelecimentos bancários, envolvendo bancos de relativo porte. Sem dúvida alguma, o elemento catalizador mais importante de todo esse processo de fusões e incorporações parece ter sido a legislação fiscal, criadora de incentivos para a aglutinação de dois ou mais bancos. Da mesma forma, a modificação na estratégia da política de combate à inflação — observada a partir de 1967 — contribuiu para acelerar o processo de incorporações bancárias. Com efeito, datam dessa época os primeiros pronunciamentos econômicos oficiais que apontam os altos custos bancários, como um dos fatores que explicariam a persistência de altas taxas nominais de juros, em face de uma taxa de inflação declinante. Para que a taxa de juros experimentasse uma diminuição era, pois, necessário reduzir os custos dos bancos comerciais. E uma das maneiras de se conseguir menores custos bancários — de acordo, ainda, com o ponto de vista governa-

mental — seria o de incentivar-se a criação de bancos maiores, que pudessem experimentar os benefícios oriundos das economias de escala.

Sob o ponto de vista formal, a argumentação de que os maiores bancos deveriam ser mais eficientes parece ser impecável e não ofende nenhum dos princípios elementares da teoria microeconômica convencional. De outro lado, entretanto, as tentativas que foram feitas para corroborar estatisticamente aquela proposição teórica não permitem uma conclusão tão explícita quanto seria de se desejar. Numerosas pesquisas, realizadas nos Estados Unidos, tentando medir economias de escala nos bancos comerciais, algumas das quais analisadas na tese do Prof. Bouzan, deixam ampla margem de indeterminação a respeito da existência de uma correlação positiva entre eficiência e tamanho.

No Brasil, foram, também, realizados alguns estudos, objetivando testar a hipótese da presença de custos médios decrescentes, no sistema bancário comercial. Entre as mais importantes contribuições, vale a pena mencionar as seguintes:¹

a) tese de doutoramento do Prof. Antonio C. Meirelles, apresentada à Universidade de Stanford, Califórnia. Utilizando-se de dados estatísticos referentes ao primeiro semestre de 1967, o Prof. Meirelles analisou a relação entre o quociente custo/produto e o tamanho do banco, para uma amostra de 128 bancos comerciais brasileiros. Seus resultados parecem indicar que a atividade bancária se caracterizava pela presença de economias de escala. O autor procurou, também, captar esse mesmo fenômeno ao nível das agências bancárias, estudando uma amostra de 4 000 agências. Observou, então, um declínio na relação custo/produto das agências, à medida que estas aumentavam seu tamanho, o que seria também indicativo da presença de economias de escala;

b) monografia apresentada à Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getúlio Vargas, pelo Prof. Sebastião Marcos Vital. A amostra estudada nesse trabalho compôs-se de 103 bancos e os dados estatísticos referiam-se a junho de 1970. Na primeira parte da pesquisa, o autor estudou a evolução da relação

custo/produto para os bancos componentes da amostra, ordenando-os por volume de depósitos e estratificando-os em privados e oficiais. A seguir, procurou observar a existência de economias de escala, através do ajustamento de uma função de produção, tipo Cobb-Douglas, a cada uma das cinco classes de bancos, em que foi dividida a amostra. Os resultados de ambos os tipos de análise levaram o Prof. Vital à conclusão de que rendimentos crescentes de escala se materializavam para bancos com depósitos superiores a Cr\$ 200 milhões (em 30-6-71). Abaixo dessa última cifra, previne-nos ainda o autor, os resultados não permitiram nenhuma conclusão rigorosa a respeito da presença de economias de escala.

Procuramos apresentar, de maneira muito resumida, as principais conclusões contidas em dois dos mais importantes trabalhos que pretendiam verificar a existência de economias de escala nos bancos comerciais brasileiros. Enquanto isso, nos três últimos anos, acelerava-se o processo de concentração bancária, o qual, ao abrigo de uma modificação na política oficial, ocorrida em 1971, passa a orientar-se para a formação de grupos financeiros mais complexos, estruturados organicamente em torno dos bancos comerciais.

A tese do Prof. Ary Bouzan retoma a temática da associação entre concentração bancária e rendimentos crescentes de escala, analisando-a de forma mais abrangente, de modo a verificar, também, os efeitos da concentração sobre a taxa de juros, a estrutura de capital e a composição dos ativos dos bancos. As informações estatísticas utilizadas no trabalho provieram dos demonstrativos financeiros dos estabelecimentos bancários, após sofrerem, esses demonstrativos, um cuidadoso ajustamento, a fim de torná-los mais apropriados ao tipo de análise desenvolvida pelo autor.

A metodologia utilizada para detectar a presença de economias de escala obedeceu aos seguintes passos:

1.º Na parte 2 da tese, o Prof. Bouzan realizou um exaustivo exame, tipo *cross-section* para uma amostra de 57 bancos, classificados

em cinco categorias, de acordo com o volume de depósitos em 31.12.71, excluindo-se os bancos com depósitos abaixo de Cr\$ 30 milhões. Seleccionada a amostra, as seguintes alternativas de análise foram empregadas, para a verificação da hipótese de custos decrescentes:

a) tentativa de obtenção de uma curva de custos médios, através de uma análise de regressão múltipla, onde se utilizou a relação custo total/ativo total como variável dependente. Como variáveis independentes, foram relacionadas, praticamente, todas as contas relevantes do ativo e passivo dos bancos;

b) tentativa de obtenção de uma função de produção Cobb-Douglas, como já o fizera o Prof. Sebastião M. Vital. O ajustamento foi tentado para cada um dos estratos da amostra, tomando-se as receitas totais como variável dependente e as contas do ativo e despesas com pessoal como variáveis independentes;

c) em vista do reduzido poder de explicação dos modelos anteriores, o autor tentou uma nova abordagem, utilizando-se de análise do comportamento de vários indicadores de eficiência bancária, tais como os quocientes despesas/ativo total, despesas/receitas totais e despesas totais por agência/depósitos totais por agência. Com esse último índice, procurava-se neutralizar o que o Prof. Bouzan chamou de "efeito-agência", isto é, diferenças na eficiência relativa de utilização das agências, em cada grupo de bancos.

2.º A fim de complementar a análise anterior seguiu-se, na parte 3 da tese, uma investigação sobre as principais alterações observadas na estrutura patrimonial dos bancos, no período de 14 semestres, compreendidos entre o primeiro semestre de 1965 e o segundo de 1971. Seleccionou-se uma nova amostra, com 24 bancos, que também foram divididos em cinco estratos, de acordo com o volume de depósitos. Isto permitiu que se realizasse uma análise do fluxo de origens e aplicações de recursos pelos bancos, bem como possibilitou um exame das principais modificações nas contas de ativo e passivo dos bancos componentes da amostra. Finalmente, a

mesma metodologia foi aplicada aos demonstrativos de resultados, objetivando captar as alterações observadas nos índices de desempenho operacional, lucratividade e taxas nominais de juros cobradas pelos estabelecimentos comerciais.

O artigo que se segue, extraído da introdução e do capítulo final da tese do Prof. Ary Bouzan, resume os principais resultados obtidos na análise da experiência brasileira de concentração bancária. Uma dessas conclusões, particularmente relevante para o caso brasileiro, é de que não se deve esperar necessariamente uma relação de causalidade entre concentração e economias de escala. Os custos do sistema bancário brasileiro dificilmente sofrerão uma queda relativa apenas através do procedimento atual de fusões e incorporações. Se alguma coisa pode ser dita a respeito de tal processo, no entender do Prof. Bouzan, é que ele conduz a custos mais elevados. Para que a concentração não ocasione aumento de custos, duas condições deverão ser satisfeitas: a) crescimento real do volume de recursos dos bancos; b) congelamento do número atual de agências bancárias.

12

Os demais capítulos da tese estão escritos na mesma linguagem clara e concisa, reveladora de uma preocupação constante do autor em submeter-se, quase que monasticamente, à análise dos fatos observados. No entanto, esta obediência nunca chega ao ponto de tolher a imaginação, nunca vai tão longe de modo a impedi-lo de explorar todas as alternativas que a imaginação sugere para a explicação de um fenômeno, por mais contraditórias que elas possam parecer, ou por mais afastadas de opiniões profundamente arraigadas.

No início de maio do corrente ano, a banca de professores, encarregada de julgar a tese do Prof. Ary Bouzan, reuniu-se em uma cerimônia simples, na Reitoria da Universidade de São Paulo. Em razão da alta qualidade do trabalho, a banca resolveu, por unanimidade, considerá-la aprovada com distinção.

1. Introdução

Os bancos comerciais ocupam posição de destaque entre as instituições financeiras em virtude do papel que desempenham na área produtiva, como intermediários financeiros, e no campo da política monetária, como instrumento de manipulação da oferta de meios de pagamento.

Como intermediários financeiros, esses bancos têm-se submetido a sensíveis alterações estruturais e operacionais, desde o final da II Guerra Mundial. Na maioria dos países de estrutura econômica capitalista, estão surgindo gigantescas empresas bancárias como decorrência de processo de fusões e incorporações. Essas empresas refletem sobretudo a necessidade de criar, no plano financeiro, condições de financiamento de grandes empresas ou grupos de empresas, que estão sendo criadas nos setores industrial, comercial e de serviços. De outro lado, o maior grau de sofisticação da organização econômica das sociedades modernas tem sugerido a ampliação da gama de serviços prestados por esses bancos. Aos tradicionais serviços de recebimento de depósitos e aplicação de recursos na forma de capital de giro de curto e médio prazos, somam-se agora diversas outras atividades, como o "cartão de crédito", consultoria financeira, financiamento de viagens, de bens de consumo durável, etc.

No conjunto dos intermediários financeiros, a posição-relativa dos bancos comerciais tem variado de um país para outro. No Japão, por exemplo, a posição desses bancos foi consideravelmente fortalecida desde o final da guerra, quando eles foram-se tornando o centro dos conglomerados econômico-financeiros. Em grande parte da Europa Ocidental, eles ampliaram sua área de atuação para novos setores do campo financeiro. Nos Estados Unidos tem-se verificado uma perda de posição-relativa desses bancos, frente aos demais intermediários financeiros, em vista da especialização institucional que predomina no mercado financeiro. Não obstante, em termos absolutos, também nesse país tem-se observado o crescimento dessas empresas e sensível ampliação na sua oferta de serviços.

No Brasil, temos testemunhado um desenvolvimento bancário marcado por transformações estruturais e operacionais. O "gigantismo" bancário vem-se esboçando entre nós desde 1945, quando o número de bancos passou a declinar

em conseqüência de inúmeras incorporações e fusões.² Hoje existem no Brasil, tanto no setor público (onde se destaca o Banco do Brasil) quanto no setor privado, bancos comerciais de porte considerável.

A posição desses bancos no conjunto das instituições financeiras tem-se alterado com o passar dos anos: até meados da década de 50 eles eram praticamente as únicas instituições financeiras, ao menos no setor privado. A partir daquela data, outras instituições foram-se desenvolvendo e conquistando um lugar no mercado financeiro. A partir de 1964, novas empresas foram criadas com vistas a dotar esse mercado de instituições especializadas. Com isso, os bancos comerciais perderam ainda mais posição-relativa. Contudo, a partir de 1968, tem-se permitido a formação de conglomerados financeiros, os quais, na maioria dos casos, gravitam em torno de um banco comercial. Dessa forma, o controle que esses bancos detêm no conjunto das atividades financeiras foi fortalecido, embora como empresa eles continuem a perder posição-relativa.

2. Objetivos deste trabalho

As transformações que se processaram no setor financeiro e em particular nos bancos comerciais sugerem que a eles se devam esforços analíticos que nos permitam melhor compreender o sentido e as conseqüências dessas transformações.

Neste trabalho não intentamos penetrar nos amplos domínios do mercado financeiro. Nosso objetivo se circunscreve aos bancos comerciais. Mais precisamente: pretendemos isolar as principais alterações que se produziram na estrutura e no funcionamento desses bancos, de maneira a entender até que ponto foram alcançados os principais objetivos da política bancária implementada pelo governo.

É verdade que, a nosso ver, tal política nunca foi delineada de maneira clara e completa. Contudo, pelo que pudemos depreender de diversos documentos consultados, os seus principais objetivos são os seguintes:

1. Obter redução nos custos operacionais dos bancos comerciais.
2. Obter diminuições nas taxas de juros dos empréstimos concedidos pelos bancos.

3. Desenvolver, no setor bancário, empresas suficientemente grandes para dar cobertura financeira a empresas igualmente grandes atuando no campo industrial, comercial e de serviços.
4. Promover alterações na composição dos ativos, permitindo o aumento de investimentos mobiliários, melhorando a solidez dessas instituições.
5. Melhorar a estrutura de capital desses bancos, promovendo o aumento dos depósitos a prazo e o reinvestimento de lucros.
6. Facilitar a fiscalização.

Outros objetivos são também desejados; parece-nos, porém, que esses são os principais. Para alcançá-los, diversas medidas têm sido adotadas. Dentre elas, duas se destacam. A primeira é o franco apoio à concentração bancária. Entendem as autoridades que a concentração, entre outros objetivos, permitirá conseguir: maior eficiência do sistema, através da obtenção de economias de escala; construir grandes bancos; melhorar a solidez do sistema; facilitar a fiscalização; etc.

A segunda, que vem sendo enfatizada nos últimos anos, é o estímulo à formação de conglomerados financeiros. Em outras palavras, seguindo de perto o modelo japonês, os bancos têm sido autorizados a adquirir ações de empresas financeiras e de outros ramos. Essa nova tônica visa a fortalecer o sistema financeiro facilitando, ao mesmo tempo, a aproximação entre os planos real e financeiro.

Outras medidas têm sido adotadas com vistas a alcançar aqueles objetivos: a correção monetária foi estendida aos depósitos a prazo fixo coletados pelos bancos; um rigoroso plano de redistribuição de agências foi implementado em 1968, para melhorar a eficiência da rede de agências dos bancos; desde 1969 as taxas de juros que os bancos podem cobrar têm sido tabeladas pelo governo e reduzidas periodicamente; a redução da parcela imobilizada do capital dos bancos foi determinada, etc.

Assim, com base no que acabamos de expor, fixamos como objetivo deste trabalho proceder a uma avaliação da evolução dos bancos comerciais privados brasileiros, no período 1965/1971, de maneira a encontrar respostas às seguintes questões:

- a) Tem havido, efetivamente, uma concentração bancária?

- b) Há evidências da existência de economias de escala entre os bancos comerciais?
- c) Houve redução de custos operacionais ao longo do período?
- d) Houve redução da taxa de juros?
- e) O que se passou com a rentabilidade dos bancos?
- f) Quais as principais alterações observadas na estrutura de capital e dos ativos desses bancos?

3. Metodologia utilizada

O trabalho completo compõem-se de três partes distintas: a primeira é essencialmente introdutória; tem por objetivo focalizar o desenvolvimento histórico dos bancos identificando suas principais características e problemas, na fase que antecedeu o período da nossa pesquisa. A segunda parte contém uma análise do tipo *cross-section*, através da qual procuramos dividir os bancos de acordo com o tamanho, analisando-os comparativamente em termos de eficiência operacional, composição patrimonial e lucratividade. Na terceira parte, fizemos uma análise do tipo *temporal*, cobrindo os 14 semestres compreendidos entre 1965 e 1971. Nosso entendimento é o de que ela complementa as anteriores fornecendo uma visão dinâmica do desenvolvimento dos bancos em termos de concentração, de alterações patrimoniais e de desempenho. Neste artigo apresentaremos um resumo das principais conclusões a que chegamos na segunda e terceira partes do trabalho completo.

Nosso primeiro objetivo foi descrever a origem dos bancos comerciais no Brasil e as razões que tiveram papel relevante na conformação bancária, sobretudo no período compreendido entre o início da década de 50 e os primeiros anos da década de 60.

Em termos metodológicos, utilizamos nesta parte o método histórico comparativo: compilamos diversos compêndios de história econômica e financeira do Brasil e inúmeros documentos. Dentre estes últimos, examinamos relatórios e boletins do Banco Central, estudos do EPEA, estudos de diversos especialistas em assuntos bancários ou de áreas a eles relacionadas. Com isso, foi possível encontrar uma linha de desenvolvimento histórico que — a nosso ver — era suficientemente coerente para

nos permitir interpretar a origem e o desenvolvimento dos bancos comerciais de maneira que aflorassem as suas principais características e problemas.

A parte mais importante foi desenvolvida mediante pesquisa direta efetuada nos demonstrativos financeiros publicados pelos bancos comerciais (balanços e demonstrações de lucros e perdas).³ Antes de iniciá-las tivemos que resolver duas questões conceituais básicas: a *medida de produção* a ser utilizada e o *tipo de banco* a ser pesquisado.

Num estudo deste tipo, em que se pretende comparar as diferentes unidades produtivas de conformidade com a sua dimensão, a escolha de uma medida de produção é fundamental. No caso particular dos bancos comerciais, esta questão tem sido bastante discutida porque os bancos são empresas produtoras e distribuidoras de diversos produtos ou serviços. Para os estudos de economias de escala, conduzidos nesta parte, o ideal seria dispor-se de informações financeiras e de medidas de produção por tipo de produto. Só assim poderíamos chegar a conclusões precisas. Essa alternativa, contudo, é totalmente inviável no atual nível de detalhamento das informações financeiras publicadas ou disponíveis na grande maioria dos bancos. Para que ela pudesse ser utilizada seria necessário que os bancos dispusessem de contabilidade de custos ao nível de produto (não bastaria que fossem ao nível de centro de custos) e que tais informações fossem disponíveis.

Tivemos, assim, que encontrar outra alternativa. Em estudos do tipo aqui realizado, tem-se utilizado dois tipos de medida: o ativo total ou os empréstimos mais investimentos. Nos Estados Unidos, onde a grande maioria dos estudos do gênero foi realizada, ambas as medidas têm sido utilizadas. Alhadeff e Horvitz,⁴ em estudos hoje considerados clássicos, utilizaram a segunda medida, em razão das condições típicas dos bancos por eles analisados, as quais, a nosso ver, não são comparáveis à situação dos bancos por nós examinados. Outros autores valeram-se do ativo como medida de produção.⁵

No nosso caso, optamos pelo uso do ativo porque entendemos que: a) se os demonstrativos forem devidamente ajustados, o ativo nos fornece uma boa medida de produção e dimensão; b) porque os investimentos aparecem em mais de uma conta de ativo e, em alguns casos (quando eles estão incluídos no disponível), não há forma de identificá-los. Outras razões pode-

riam ainda ser aventadas, mas cremos que as duas acima mencionadas são suficientes para justificar a opção. Dependendo do assunto examinado, poderiam ser utilizadas outras medidas de produção como receita total, recursos próprios, etc.

Os bancos utilizados no trabalho (tanto para a segunda quanto para a terceira parte), são os *bancos comerciais nacionais, privados, com volume de depósitos superior a 30 milhões de cruzeiros em dezembro de 1971*. As razões das limitações impostas ao universo são as seguintes: 1. Os bancos comerciais oficiais diferem dos bancos comerciais comuns na medida em que são agentes governamentais e, como tal, podem realizar operações de natureza especial. Além disso, em alguns casos suas normas diferem dos bancos comerciais não oficiais. Por exemplo, não estão sujeitos a depósitos compulsórios correspondentes a depósitos do poder público. Não são portanto típicos bancos comerciais. 2. Não incluímos os bancos estrangeiros por duas razões: em primeiro lugar, porque são poucos e representam uma parcela relativamente pequena dentro do conjunto dos bancos comerciais; em segundo lugar, porque como bancos estrangeiros são influenciados nas suas atividades também por condições típicas das suas matrizes. 3. Entendemos que a partir de determinado nível mínimo um banco pequeno torna-se tão diferente de um banco grande, em termos de estrutura, de tipos de operação, etc., que seria tentar medir empresas diferentes. Assim, para manter homogeneidade nos elementos examinados, resolvemos eliminar os bancos muito pequenos. O estabelecimento do limite foi arbitrário, posto que não existe, que tenhamos notícia, qualquer critério técnico que nos permita fazer a separação. Tivemos, assim, que nos louvar no nosso próprio julgamento, para o qual procuramos ouvir pessoas experimentadas no campo bancário.

15

Resolvidas estas questões preliminares, pudemos trabalhar na parte central da pesquisa com o universo de 57 bancos comerciais privados, com as características acima, existentes no Brasil em 31 de dezembro de 1971.⁶

No exame das *economias de escala*, procuramos construir funções de custo e de produção. Para isso valemo-nos de regressão múltipla, quando foi possível, e de métodos estatísticos mais simples, como médias, desvio-padrão, gráficos de dispersão, etc.

A análise desenvolvida na parte final do trabalho refere-se ao período compreendido entre 1965 e 1971, ou seja, um total de 14 semestres. Dada a variação no número total de bancos existentes durante o período e a grande dificuldade de levantamento adequado de informações financeiras, colhemos uma amostra de 24 bancos entre os 57 bancos utilizados inicialmente.

Como um dos principais objetivos do exame empreendido nesta parte era a concentração, colocamos os quatro maiores bancos (que em 1971 tinham depósitos em valor superior a 1 bilhão de cruzeiros) num grupo. Além desse, criamos cinco outros grupos demarcados pelo valor dos depósitos. Com exceção do Grupo I, cujo critério para classificar os bancos integrantes foi o acima mencionado, os demais cinco grupos tiveram quatro bancos cada um, selecionados probabilisticamente dentre os bancos do universo utilizado na segunda parte.

Embora apenas dois dos seis grupos desta parte sejam exatamente correspondentes a outros dois na parte anterior, foi possível estabelecer relação entre os dois grupamentos, quando isso pareceu oportuno.

Em verdade, as informações obtidas através do exame desta parte serviram para elucidar, complementar e confirmar resultados obtidos na análise de *cross-section* que havíamos realizado. Por essa razão, por diversas vezes estabelecemos a relação entre os grupos de uma e outra partes.

Nesta parte fizemos uso, com grande intensidade, de análise vertical e horizontal para medir evoluções dentro dos grupos e entre eles. Para acompanhar o crescimento de recursos em termos reais corrigimos os valores obtidos nas demonstrações financeiras, através da utilização de um índice de preços. Para facilitar o entendimento e a comparação entre os grupos, construímos funções lineares simples com os dados deflacionados.

16

4. A concentração

A concentração que se verificou entre os bancos comerciais brasileiros, nos últimos anos, pode ser demonstrada de mais de uma maneira. São bastante conhecidos no Brasil o que poderíamos denominar de "sinais notórios de concentração": a) redução do número de bancos; b) o intenso processo de fusões e incorporações, que se acelerou nos últimos anos; c) o fato de que a maioria dos bancos incorporados é de por-

te médio ou pequeno, enquanto que a maior parte dos incorporadores são bancos médios e grandes, etc.

Não obstante, parece-nos que para entendermos melhor a maneira pela qual se processou a concentração bancária no Brasil é necessário examinar esse fenômeno no tempo, dividindo os bancos de acordo com o seu tamanho. As principais conclusões a que chegamos são as seguintes:

4.1 PERFIL GERAL DA CONCENTRAÇÃO

Pusemos em confronto os quatro e os sete maiores bancos comerciais privados brasileiros e o conjunto de bancos comerciais brasileiros públicos e privados, com exceção apenas do Banco do Brasil. Desse confronto extraem-se as seguintes conclusões:

1.^a O comportamento da concentração é diferente entre os períodos compreendidos entre 1965/67 e 1967/71. Tomemos como elementos significativos depósitos, empréstimos e recursos próprios. Por eles se pode demonstrar que a participação relativa dos quatro maiores bancos privados brasileiros declina durante o primeiro período para iniciar uma segura fase de crescimento-relativo a partir de 1968. Se, em lugar dos quatro maiores bancos, tomarmos os sete maiores, os comportamentos básicos são os mesmos, com a diferença que a taxa de crescimento dos quatro grandes no segundo período, 1967/71, é maior. Em resumo, se tomarmos os depósitos como exemplo, em 1965 os quatro grandes detinham 15% do total dos bancos comerciais menos o Banco do Brasil; em 1967, esse percentual havia declinado para 13% e no final do período, em 1971, situava-se em 20%. As cifras respectivas para os sete maiores bancos eram 22, 20 e 27% nos três períodos citados.

A explicação para a mudança de comportamento nesses dois períodos parece estar intimamente relacionada com dois fenômenos: primeiro tivemos a mudança na orientação da política monetária a qual, no primeiro período, foi de redução da oferta real de meios de pagamentos, enquanto no segundo foi de permitir a expansão real da oferta monetária. Entendemos que em decorrência de as suas redes de agências serem praticamente nacionais, os depósitos dos grandes bancos são mais sensíveis às alterações produzidas na oferta de meios de pagamentos. A segunda explicação está na intensi-

ficação do processo de incorporações e fusões, a partir de 1967, a qual permitiu o crescimento de grandes bancos pela absorção dos recursos pertencentes aos bancos incorporados.

2.^a Se quisermos obter uma visão dos bancos comerciais como um todo, independente da sua natureza, se público ou privado, e incluímos nesse conjunto o Banco do Brasil, tendo como base de medida o *valor dos depósitos*, teremos a seguinte situação em dezembro de 1971:

- a) o Banco do Brasil controlava 36% dos depósitos;
- b) os quatro maiores bancos privados controlavam 13% dos depósitos;
- c) os sete maiores bancos brasileiros, (quatro privados e três públicos, inclusive o Banco do Brasil) controlavam 57% do total dos depósitos.

Percebe-se, assim, que o grau de concentração apenas dos quatro grandes bancos privados, conquanto esteja em ascensão, é ainda pequeno. Se tomarmos os grandes bancos públicos e privados, incluindo o Banco do Brasil, a concentração torna-se expressiva. Naturalmente, a natureza especial do Banco do Brasil, onde o governo detém a maioria acionária, invalida as conotações políticas que possam estar associadas à concentração como medida de poder econômico.

4.2 A APROPRIAÇÃO DE RECURSOS PELOS BANCOS

A pesquisa realizada com uma amostra de 24 bancos no período de 14 semestres (1965/71) permite-nos chegar às seguintes conclusões:

1.^a O comportamento da concentração novamente revela-se diferente nos dois períodos mencionados. O período de sete anos foi dividido em quatro períodos para facilitar a interpretação. Nos dois primeiros 1965 e 1966/1967, conforme demonstra aquele quadro, os quatro grandes bancos perderam posição-relativa para reconquistá-la e ampliá-la nos dois períodos posteriores (1968/69 e 1970/71). Em 1965, 43,94% dos recursos totais dos bancos que compuseram a amostra estavam em poder dos quatro grandes bancos. Em 1966/67, eles controlavam 43,05%. Em 1970/71, haviam elevado seu percentual para 47,07% do total.

2.^a A rigor, no período houve concentração nos dois grupos extremos: em favor dos grandes bancos, como já vimos, e a favor de dois grupos pequenos (Grupos VI e IV). O grupo dos menores bancos, com depósitos entre Cr\$ 30 e 75 milhões, foi o que apresentou a maior taxa de crescimento entre os dois extremos do período. O grupo IV, que inclui bancos com depósitos entre Cr\$ 201 e 350 milhões também apresentou elevadas taxas de crescimento entre os dois extremos do período.

Para que esses grupos pudessem melhorar a sua posição-relativa seria necessário que outros tivessem as suas reduzidas. Estes foram o Grupo III, cujos bancos detêm depósitos entre Cr\$ 351 e 600 milhões, o Grupo II com depósitos entre Cr\$ 601 e 1 000 milhões e o Grupo V, com depósitos entre Cr\$ 71 e 200 milhões.

Em síntese, as posições relativas desses seis grupos alterou-se da seguinte maneira durante os sete anos:

	1965	1966/67	1968/69	1970/71
Grupo I	43,94	43,05	44,15	47,07
Grupo II	26,26	26,60	25,97	24,64
Grupo III	15,71	15,92	15,00	12,71
Grupo IV	9,46	9,63	10,81	10,98
Grupo V	3,48	3,54	2,95	3,06
Grupo VI	1,10	1,20	1,06	1,50

Dada a pequena expressão percentual dos Grupos IV e VI, que também melhoram suas posições-relativas, resta o significativo aumento percentual do Grupo I, durante o período.

3.^a O fato de que alguns bancos ganharam ou perderam posição-relativa não nos permite concluir se houve ou não aumento no valor real absoluto dos recursos por eles controlados. Eliminando o efeito inflacionário inerente às cifras publicadas nos demonstrativos financeiros e usando regressão linear simples, é possível demonstrar que todos os grupos tiveram aumentos no valor real dos recursos por eles manipulados, a partir de 1966/67.

Ficou confirmado, por essa demonstração que os Grupos I, IV e VI realmente conseguiram obter taxas de crescimento superiores às dos demais grupos, o que explica a melhoria das suas posições-relativas.

Usando equações lineares do tipo $Y = A_0 + A_1(t)$, onde o coeficiente A_1 dá-nos a taxa de crescimento do valor dos recursos (Y) em função do tempo (t), temos os seguintes valo-

res de A_1 para o valor real do total de recursos para cada grupo:

Grupo	A_1
I	21,36
II	14,19
III	9,72
IV	21,46
V	14,65
VI	37,37
Total	17,62

Em resumo, a concentração bancária no Brasil a favor dos grandes bancos passou a ocorrer depois de 1967. Dentre os bancos que perderam posição-relativa (mas não absoluta) mais acentuadamente encontram-se os bancos médios com depósitos entre Cr\$ 351 e 600 milhões em dezembro de 1971. Entre esses existiam diversos que tinham grande parte da sua rede de agências em regiões menos desenvolvidas. Em menor extensão também perderam posição-relativa os bancos médios para grandes, com depósitos entre Cr\$ 601 e 1 000 milhões e um dos grupos de bancos pequenos, com depósitos entre Cr\$ 76 e 200 milhões. Esses resultados mostraram-se bastante compatíveis com as medidas de desempenho e de composição patrimonial analisadas nas partes 2 e 3 deste trabalho.

4.3 ECONOMIAS DE ESCALA

Devotamos a parte central deste trabalho à pesquisa de economias de escala entre os bancos comerciais privados brasileiros, pelo processo de *cross-section* e tendo como base o ano de 1971.

18 As conclusões a que chegamos são as seguintes:

1.^a Utilizando funções de custo, na qual a variável dependente é constituída pela relação despesas totais/ativos totais ou despesas totais/receitas totais, não pudemos confirmar a existência de economias de escala. Os oito maiores bancos dos 57 que compuseram o universo sobre o qual nos concentramos apresentaram custos médios (representados pelas relações citadas) ligeiramente maiores que os grupos de bancos menores. Esses oito bancos tinham depósitos acima de Cr\$ 750 milhões em dezembro de 1971.

Inicialmente, os dados levantados, comparando as despesas totais com os ativos totais, revelavam pequenas economias de escala:

Grupo		DT/AT
I	(depósitos entre Cr\$ 30 e 75 milhões)	14,1
II	(" " Cr\$ 76 " 200 ")	13,9
III	(" " Cr\$ 201 " 450 ")	13,8
IV	(" " Cr\$ 451 " 700 ")	14,1
V	(" " acima de Cr\$ 700 milhões)	13,2

Contudo, como os grupos menores apresentavam desvios-padrão bem mais elevados, decidimos construir "faixas de normalidade" a fim de eliminar a influência de valores extremos. Calculando as médias dos valores que se situaram dentro das faixas, obtivemos os seguintes índices:

Grupo	DT/AT
I	12,88
II	12,94
III	12,92
IV	14,16
V	13,00

Com isso, ressaltam os maiores custos médios do Grupo IV e os demais se colocam praticamente no mesmo nível, com pequena vantagem para o Grupo I (pequenos bancos).

Este tipo de medida tem a desvantagem de comparar fluxos (despesas) com estoques (ativos). Por isso construímos nova função de custos utilizando como medida de produção a receita total. Tivemos, assim, a comparação entre fluxos. Os resultados dessa forma de medir foram os seguintes:

Grupo	DT/RT
I	78,07
II	79,20
III	78,85
IV	83,24
V	81,24

A simples observação dos dois conjuntos de dados permite-nos aferir a semelhança entre as duas séries.

Também pesquisamos a eficiência entre os grupos utilizando funções de produção do tipo Cobb-Douglas. Usamos análise de regressão múltipla e os resultados reunidos na Matriz de Coeficientes não conseguem dar-nos informações precisas devido à baixa capacidade explicativa de alguns modelos.

Há, no entanto, razoáveis indicações de que os grupos de maiores bancos (Grupo V) e dos menores bancos (Grupo I) estejam operando em condições de economias de escala. Nos demais grupos não parece haver economias de escala,¹ conquanto o poder explicativo de um deles, o Grupo III, seja de apenas 50%.

Além da incapacidade dos modelos poderem explicar completamente o comportamento da variável dependente, a produção é representada nesses modelos pela receita total. Esclarecemos no quarto capítulo que, a nosso ver, a utilização da receita como medida de produção está sujeita a algumas restrições sérias que lá são mencionadas.

2.^a Estamos convencidos de que as diferenças apresentadas na relação DT/AT, entre os grupos, devem ser encontradas principalmente na capacidade que os diferentes bancos têm de transferir recursos a seu favor. Ou, em outras palavras, partindo do pressuposto de que os bancos comerciais estão, de maneira geral, superdimensionados em termos de redes de agências, pareceu-nos oportuno medir a eficiência média das agências de cada grupo. De um lado, medimos o custo médio da agência e de outro medimos a capacidade média de arrecadar depósitos das agências de cada grupo. Essas medidas nos permitiram entender melhor os índices de custo médio. O mais deficiente dos grupos, o Grupo IV, que se revelava discrepante em relação aos demais, embora tivesse custos por agência menores, tinha, de outro lado, uma eficiência para arrecadar depósitos por agência proporcionalmente menor que a vantagem que levava em termos de custos. Em outras palavras, os índices desse grupo nos informam que ele deve ter grande margem de ociosidade na sua estrutura operacional *vis-à-vis* os demais grupos, o que justifica os maiores custos médios que apresentou.

Quando eliminamos as diferenças na eficiência média das agências dos grupos, reduzindo-as todas aos padrões do Grupo I, surgiu uma nova estrutura de custos médios (DT/RT) entre os grupos. O Grupo IV, que se revelara o mais ineficiente na análise anterior, passou a ter o menor índice de custo médio, enquanto o Grupo V, cujo custo médio se revelara seguramente superior aos dos três primeiros grupos, tornou-se o mais ineficiente.

Em conclusão, a capacidade média de arrecadar recursos de um banco ou conjunto de bancos é fundamental na determinação dos custos médios porque, estando a rede de agências praticamente “congelada”, grande parte dos custos é do tipo “fixo”. Assim, nas condições descritas, a taxa de aumento das despesas totais não acompanhará a do crescimento dos recursos, depois de certo nível, o que forçará uma redução na relação DT/AT.

3.^a Quando examinamos o comportamento da relação DT/AT no plano temporal (na parte final da pesquisa), ficou evidenciado que: a) durante o período em que a política monetária foi de contenção da expansão real dos meios de pagamento até 1967/68, os custos médios (traduzidos pela mencionada relação) subiram sistematicamente em todos os grupos; b) a partir desse ponto os custos médios principiaram a declinar para todos os grupos; c) contudo, apenas alguns lograram mantê-lo em declínio. Os três grupos que conseguiram aumentar sua participação-relativa no valor real dos recursos manipulados pelos bancos da amostra foram os Grupos I, IV e VI, mais o Grupo V; (o Grupo IV apresenta ligeira melhora no seu índice DT/AT entre 1968/69 e 1970/71; contudo, quando esse índice foi normalizado através de médias móveis, para todos os grupos, observa-se pequeno aumento no índice desse grupo); d) embora não seja possível demonstrar, acreditamos que a reversão dos custos iniciada em 1967/68 foi influenciada não somente pelo crescimento do valor real dos recursos manipulados pelos bancos, mas também pelo congelamento no número total de agências decorrente da política de remanejamento de agências inaugurada pelo Banco Central em 1968. Esse resultado confirmaria as conclusões de estudos americanos, os quais asseguram que quando os bancos crescem sem que haja expansão na rede de agências, verificam-se economias de escala e que estas últimas são anuladas quando o crescimento do banco ou do sistema bancário é conseguido através da expansão da rede de agências; e) a principal razão, para que os custos se mantenham em ascensão para alguns grupos e em pequeno declínio para outros, localiza-se nas *despesas operacionais*. Desde 1966/67 quatro dos seis grupos apresentam suas *despesas administrativas* em declínio (Grupos I, II, III e IV). Apenas os

pequenos bancos apresentaram altas nesse período. Contudo, o crescimento das despesas operacionais, em grande parte determinado pelo pagamento de juros e correção monetária sobre

depósitos a prazo, anulou as economias decorrentes das reduções nos custos administrativos.

No plano temporal, a situação desses grupos era a seguinte, em termos da relação DT/AT:

Grupos	1965		1966/67		1968/69		1970/71	
	Adm.	Operac.	Adm.	Operac.	Adm.	Operac.	Adm.	Operac.
I	4,73	0,90	5,71	0,61	5,70	1,05	5,27	1,02
II	4,31	0,97	5,60	0,58	5,35	1,36	5,13	1,66
III	4,69	1,00	5,13	0,67	4,46	1,49	4,45	1,76
IV	4,83	1,25	5,56	0,57	4,98	1,74	4,37	2,59
V	4,84	1,52	5,46	0,45	5,80	0,90	5,22	1,30
VI	7,12	0,67	5,79	0,56	6,16	0,83	4,28	2,07

No grupo dos grandes bancos — Grupo I — que em 1970/71 controlava 47% do valor dos recursos em poder dos bancos da amostra, os custos médios vêm-se desenvolvendo numa forma parabólica. Até 1968 estiveram em ascensão; desde então encontram-se em declínio e as séries temporais demonstram que a grande vantagem desse grupo localiza-se nos custos operacionais, que são significativamente menores que os dos demais grupos.

As maiores despesas de pessoal e encargos dos grupos maiores e os níveis também elevados das suas despesas gerais podem estar associados às diferenças regionais de salários e às despesas provenientes da integração dos grandes bancos em grupos financeiros maiores. Contudo, somente uma pesquisa direta junto aos bancos pode aclarar estas questões.

4.4 TAXA DE JUROS E RENTABILIDADE

Tem havido uma relação interessante entre o comportamento das receitas, despesas e lucros. Dela podemos extrair as seguintes conclusões:

1.^a Em consequência da pressão que vem sendo exercida pelas autoridades monetárias desde 1968, a taxa de juros, dimensionada pela relação receita de juros, comissões e tarifas/empréstimos, manteve-se em declínio desde 1966/67 em todos os grupos.

2.^a Como consequência da redução no valor real da taxa de juros, acima referida, a *receita operacional* dos bancos declinou sistematicamente a partir de 1966/67. Ficou demonstrado em nossa pesquisa que desde aquela época as receitas operacionais vêm-se tornando um valor percentual cada vez menor da receita total em todos os grupos.

3.^a Como a despesa total manteve-se em ascensão até 1968/69 e, quando entrou em declínio, o fez de maneira duradoura apenas para alguns grupos e mesmo nesses a taxas muito pequenas, a partir de determinado ponto a receita operacional, que se encontrava em contínuo declínio, cruzou de cima para baixo a despesa total, dando lugar ao surgimento de prejuízo operacional para quase todos os grupos, sobretudo para os grupos de bancos maiores.

4.^a Contudo, os bancos mantiveram, com pequenas alterações, o seu lucro líquido, graças a uma recomposição de ativos, pela qual o valor relativo dos investimentos em valores mobiliários foi aumentado. Com isso foi possível gerar, em todos os grupos, um fluxo crescente de outras rendas, a partir de 1966/67, o qual cobriu o prejuízo operacional e permitiu a obtenção de lucro líquido em todos os grupos. Essa alteração foi em grande parte facilitada pelas autoridades monetárias, ao permitirem que os bancos mantivessem parte do seu depósito compulsório e do seu disponível em títulos da dívida pública, além de adquirirem ações de outras empresas.

5.^a O lucro líquido como percentagem do ativo apresentava uma tendência ascendente dos grandes para os pequenos bancos no período 1970/71:

Grupos	Lucro líquido/Ativo
I	1,19
II	1,21
III	1,72
IV	1,53
V	1,86
VI	1,80

5. Principais alterações patrimoniais

Durante os sete anos que foram objeto desta pesquisa, observaram-se algumas alterações importantes no ativo e no passivo dos bancos comerciais. As principais são as seguintes:

1.^a Do lado do ativo, ao longo do período houve substancial aumento de participação do Grupo I (que inclui os quatro maiores bancos), em termos de disponível. Em 1965, esse grupo detinha 40,72% do disponível do conjunto dos bancos da amostra; nos três períodos seguintes esse percentual evoluiu da seguinte forma: 1966/67: 42,63%; 1968/69: 46,54% e 1970/71: 54,25%. Como nesse período a participação relativa do grupo declinou em termos de realizável em 1% e aumentou em termos de imobilizado em apenas 3%, o aumento de 33% na participação-relativa em termos de disponível representou um significativo fortalecimento na liquidez desse grupo, o qual foi estimulado em parte pela possibilidade de adquirir ativos rentáveis (Letras do Tesouro e ORTNs), de curtos vencimentos, incluindo-os no disponível.

No entanto, outros grupos perderam liquidez. Dentre eles o Grupo III apresentou maiores quedas na relação disponível/ativo total, de onde se pode inferir que a sua liquidez piorou, o que confirma a constatação feita na análise de *cross-section*.

Embora em menores proporções, o Grupo II, de bancos médios para grandes, perdeu posição relativa no período, enquanto os grupos menores também tiveram perdas.

Em conclusão, durante o período analisado, os grandes bancos melhoraram substancialmente a sua liquidez, o que só foi possível através de perdas-relativas maiores ou menores dos grupos de tamanho médio e pequeno.

2.^a Ainda do lado do ativo, em decorrência da política monetária adotada, o valor dos Títulos à Ordem do Banco Central aumentou substancialmente no período. No início do período (1965) eles representavam 0,77% do ativo para o conjunto de bancos, enquanto no final (1970/71) esse percentual havia subido para 9,14. O valor dos empréstimos declinou de 68,75% para 65,25% entre as duas datas, alterações essas que se explicam em termos da diversificação de ativos levada a efeito pelos bancos comer-

ciais e apoiada pelo governo. Obviamente, no mesmo período, os empréstimos ao Banco Central (em dinheiro) declinaram de 16,89% do ativo para 6,24%.

3.^a Do lado do passivo, verificamos uma inversão nos valores que compõem os recursos próprios, ao longo do período. Em 1965 o capital representava em média 43,68% do ativo do conjunto de bancos enquanto as reservas e fundos representavam 56,32%. No final, o capital representava 53,46% e as reservas e fundos correspondiam a 46,52%. Acreditamos que além da legislação que determina a sistemática correção do ativo, a posição das ações em Bolsa (no caso dos bancos com capital aberto) deve também ter influenciado nessa alteração.

4.^a Ainda do lado do passivo, observamos um expressivo aumento nos depósitos a prazo. Eles que representavam 0,94% do conjunto dos bancos da amostra em 1965; ao final do período 1970/71 haviam alcançado 4,68%. Em consequência, os bancos tiveram sua capacidade de expandir os empréstimos a médio e longo prazos sensivelmente aumentada. Em contrapartida, os depósitos à vista declinaram de 88,50% do ativo em 1965, para 71,38% em 1970/71.

Merecem ainda destaque o aumento verificado em recebimento de tributos, que em 1966/67 representavam apenas 0,22% do ativo e que passaram para 2,11% em 1970/71 e as operações especiais, financiamento agrícola, financiamento do café, financiamento à exportação, etc., que em 1965 representavam 0,43% do ativo e que ao final alcançavam 12,55%.

Em síntese, essas foram as principais alterações observadas na estrutura de capital e na composição do ativo dos bancos ao longo do período 1965/1971.

6. Considerações finais

O exame da bibliografia compulsada e dos resultados deste trabalho nos sugerem duas considerações; uma de ordem geral e outra diretamente relacionada com a atual situação dos bancos comerciais brasileiros.

Consideração geral: Praticamente todas as evidências que conhecemos sobre a ocorrência de economias de escala no setor bancário referem-se ao sistema bancário americano. Desses

estudos pode-se concluir: a) quando um banco ou um conjunto de bancos se expande sem a abertura de novas agências, devem ocorrer economias de escala; quando a expansão é obtida pela ampliação do número de agências, aquelas economias são neutralizadas pelos custos adicionais decorrentes da abertura das novas agências;⁸ b) entre os bancos unitários (que não possuem agências) se observam economias de escala; ou seja, quanto maior é o banco, menores são seus custos médios;⁹ c) quando confrontamos dois bancos de igual dimensão (seja ela medida pelo valor do ativo ou pelo valor dos depósitos), sendo um deles do tipo unitário e o outro com agências, o primeiro apresenta custos médios inferiores;¹⁰ d) os principais estudos americanos concordam em que há evidentes sinais da ocorrência de economias de escala quando os bancos adentram a faixa em que os depósitos variam entre US\$ 200 e 500 milhões (aproximadamente entre Cr\$ 1 200 e 3 000 milhões) e que, a partir de US\$ 500 milhões, os custos médios tornam-se pronunciadamente menores.¹¹

É necessário, contudo, não esquecer que tais estudos referem-se especificamente aos bancos americanos, os quais operam segundo rígidas normas de especialização. Em outros países, particularmente na Europa, onde os bancos atuam de maneira muito mais eclética, embora não existam, que tenhamos notícias, estudos sistemáticos sobre a eficiência dos bancos em relação às suas dimensões, parece, ao contrário, haver a impressão da não-existência de tais economias.

Em importante documento publicado na Inglaterra em julho de 1968, a respeito da proposta de fusão entre o Barclays Bank Ltd., Lloyds Bank Ltd e Martin Bank Ltd., menciona-se o seguinte: "Consideramos as contas dos bancos para saber se existiam evidências de que os bancos maiores demonstravam vantagens em termos de eficiência de custos, em decorrência do seu tamanho. Parecia haver um reconhecimento geral entre as pessoas familiarizadas com os bancos neste país, que o Barclays era o banco mais eficiente ou um dos mais eficientes. Dada essa reputação, seria razoável esperar-se que o Barclays, caso fosse possível obter significativas economias de escala, devesse mostrar considerável vantagem sobre o Martin, em termos de custos e rentabilidade.

(...) Contudo, a comparação que fizemos das contas do Barclays e do Martin não produziu qualquer evidência de que o Barclays levasse vantagem sobre o Martin nos termos acima referidos."¹²

O presidente do Union Bank of Switzerland, em conferência pronunciada em Genebra em março de 1972, referiu-se à questão da seguinte maneira: "Conquanto seja verdade que a mecanização aplicada até agora a importantes aspectos das operações bancárias tenha facilitado consideravelmente os procedimentos internos, ela não resultou em qualquer diminuição sensível de custos.

Nem o futuro próximo nos augura qualquer redução nas despesas, em vista da crescente 'industrialização' das operações burocráticas nos bancos, com os seus diversos especialistas e departamentos técnicos, assim como pelos pesados custos decorrentes de treinamento e formação de pessoal. Os bancos precisam aprender a viver com altos custos, assim como se habituaram com o clima."¹³ É possível encontrar na literatura bancária muitos depoimentos dessa natureza. Mesmo entre os americanos, apesar das evidências produzidas nos trabalhos mencionados, há muito ceticismo a respeito da correlação entre tamanho e custo. Charlotte e David Alhadef, em conhecido estudo sobre fusões bancárias no início da década de 50, arrolaram diversas razões que poderiam justificar aquelas fusões. Depois de comparar a relação despesas totais/100,00 de ativos totais, dos bancos incorporados (quase todos pequenos) e dos bancos incorporadores (quase todos grandes) com o objetivo de determinar se a causa das fusões teria sido a menor eficiência dos pequenos em termos daquela relação, concluíram: "o máximo que pode ser dito com relação à hipótese dos custos (aquela acima citada) é que as pressões de custo não foram maiores nas categorias onde ocorreram mais incorporações do que em qualquer outra categoria".¹⁴

David L. Smith em interessante trabalho em que comparou a *performance* de um grupo de bancos que participou de fusões, com outro grupo, no qual não houve fusões, no que respeita à relação despesa total/ativo total, concluiu que os primeiros haviam registrado maiores aumentos no valor médio do índice acima que os bancos que não se submeteram a fusões.¹⁵

Por todas essas razões acreditamos que não se deva afirmar que existe correlação positiva entre concentração e economias de escala. A concentração, em determinadas condições, pode conduzir à ocorrência de economias de escala, mas não necessariamente.

Em verdade, o exame que fizemos da literatura relacionada com a concentração entre bancos comerciais nos sugere que outras razões têm estimulado o apoio que diversos governos lhes têm emprestado. Naturalmente, a concentração representa sempre uma concessão à concentração de poder econômico em qualquer setor em que ela ocorra. No caso particular dos bancos comerciais, cremos que uma das principais razões (senão a principal), que tem conduzido alguns governos a apoiá-la, é a tendência universal de estímulo à grande empresa a qual, de seu lado, é uma conseqüência da ampliação de mercados, das novas formas de integração econômica, de concentração de esforço de pesquisa, etc. A grande empresa bancária surge, nesse contexto, como a contrapartida no setor financeiro, da grande empresa comercial, industrial e de serviços.

O atual conglomerado japonês, que tem sido muito estudado e que começa a ser imitado por diversos países, atualmente nos oferece um exemplo extremo de como o "gigantismo" bancário está associado à grande empresa e ao grande grupo de empresas. Os principais estudiosos da economia e das instituições japonesas parecem estar de acordo que os bancos comerciais exercem hoje no Japão o mesmo papel de *holding* (*Kingu Keiretsu*) dentro dos grupos de empresas associadas, que no passado cabia às *trading-companies* (*Zaibatsu*). Por essa razão, esses bancos (lá denominados *city-banks*) recebem cobertura financeira praticamente ilimitada por parte do Banco do Japão, o que não acontece com os bancos provinciais: "legalmente, todos os bancos comerciais podem emprestar do Banco do Japão; porém, na prática, esse banco empresta somente aos *city-banks*. Assim, estes últimos podem conceder empréstimos a longo prazo e em altas proporções com relação aos depósitos, porque sabem que, se enfrentarem dificuldades, terão o Banco do Japão a socorrê-los. Porém, não existe essa perspectiva para os bancos provinciais; eles são obrigados a viver com as conseqüências da sua política de empréstimos".¹⁶

Segundo Alhadeff, a grande fusão que o governo francês estimulou em 1966 entre dois dos maiores bancos comerciais franceses, da qual resultou o Banque Nationale de Paris, tinha dois objetivos principais: a) melhorar a eficiência através da eliminação de agências e obter melhor utilização do equipamento eletrônico; b) oferecer melhor respaldo financeiro às crescentes empresas francesas sobretudo porque se esperava que essas empresas pudessem tirar melhor partido da sua posição dentro do Mercado Comum Europeu.¹⁷

Enfim, caso quiséssemos penetrar mais fundo nas razões da concentração poderíamos arrolar uma série de argumentos a seu favor, como também seria fácil reunir argumentos contrários a elas e que vêm exercendo grande influência a favor da manutenção de elevados níveis de concorrência entre os bancos, em países como os Estados Unidos e a Alemanha.¹⁸ Esse, porém, não é o nosso objetivo. Apenas desejamos tornar claro que não se deve esperar necessariamente uma relação de causa e efeito entre concentração e a ocorrência de economias de escala e que, portanto, não seria razoável a adoção de uma política favorável à concentração bancária que tivesse como meta a obtenção de economias de escala, sem atentar para as condições peculiares do país em questão. *Os bancos comerciais brasileiros.* O exame contido neste trabalho nos convenceu de que os custos médios dos bancos dificilmente serão reduzidos apenas por meio de medidas administrativas que conduzam à melhor racionalização das suas operações. A utilização de equipamento e pessoal mais sofisticado, assim como a diversificação na oferta de serviços, proveniente da integração desses bancos em grupos financeiros maiores, apontam na direção de custos mais elevados.

Mantido o comportamento que se observou no período compreendido entre 1968 e 1971, tudo leva a crer que os quatro maiores bancos poderão manter a sua tendência de redução nos custos médios (relação DT/AT), desde que continuem a ser observadas duas condições básicas: primeira, que o total de recursos, medido a preços constantes, por eles manipulados, mantenha-se em ascensão; segunda, que o número total de agências não seja expandido.

Ao que tudo indica, esses bancos já entraram naquela faixa em que se observa a existência de economias de escala, como demonstram os

estudos americanos acima referidos. De outro lado, ainda segundo aqueles estudos e de conformidade com as séries temporais de custos médios examinados neste trabalho, a manutenção do número total de agências parece ser fundamental para o declínio da referida relação.

As séries temporais dos grupos de bancos pequenos (com depósitos entre Cr\$ 30 e 350 milhões) indicam que, mantidas as duas condições básicas acima descritas, eles também conseguiram manter custos médios em declínio.

O grande problema coloca-se na faixa intermediária, onde se encontram bancos com depósitos entre Cr\$ 350 milhões e 1 bilhão.

Os bancos reunidos nessa faixa enfrentam alguns problemas sérios: a) alguns são bancos com muitas agências, a maior parte das quais distribuída em regiões de menor desenvolvimento econômico. São agências que apresentam, em média, baixa capacidade-relativa de arrecadação de depósitos; b) muitos desses bancos já adotaram sistemas de processamento de dados, administração mais sofisticada, etc., sem haver ainda alcançado dimensões que lhes permitam tirar partido desses investimentos; c) muitos atuam como centros de sistemas financeiros maiores e, eventualmente, absorvem uma parte dos custos que não pertencem propriamente a eles mas sim ao sistema.

Em consequência, as duas condições básicas acima estabelecidas (aumento no valor real dos recursos e manutenção no número de agências) não são suficientes para assegurar a redução dos custos médios dos bancos desta faixa, por algumas razões: em primeiro lugar, eles vêm demonstrando aumentos nos seus custos médios, (sobretudo os bancos situados na faixa compreendida entre Cr\$ 350 e 600 milhões de depósitos) apesar de os recursos reais por eles manipulados encontrarem-se em ascensão. Em segundo lugar (e esta razão provavelmente explica a primeira), a capacidade de captar recursos por parte desses bancos é menor do que a dos demais, como demonstramos neste trabalho, sobretudo devido à localização geo-econômica da sua rede de agências. Mantidas as condições se que se manifestaram neste trabalho, a cada cruzado novo entregue aos bancos comerciais privados, uma parte proporcionalmente menor caberá aos bancos deste grupo, o que significa que o seu crescimento (medido em termos de ativos totais ou de depósitos) se dará a taxas bem menores que o dos demais grupos.

Embora a faixa em questão seja ampla e os bancos que se encontram próximos do seu limite superior não tenham um comportamento muito diferente daquele observado pelos quatro grandes, é certo que, desde o limite inferior, até provavelmente a marca dos Cr\$ 700 a 750 milhões de depósitos, encontram-se bancos que carecem de um tratamento diferente se se pretende que seus custos médios sejam reduzidos. A fusão entre bancos desse grupo pode ser uma solução, se ela conduzir à eliminação de agências. Entendemos, não obstante, que somente um exame mais minucioso desse grupo poderá autorizar-nos a aventar possíveis medidas que possam conduzir àquele desiderato.

De qualquer forma, conquanto as duas condições básicas mencionadas não possam ser consideradas suficientes para facilitar a diminuição dos custos médios dos bancos dessa faixa, elas não deverão prejudicá-los em termos absolutos. Assim, pode-se pensar na adoção de ambas como medidas gerais, aplicáveis ao conjunto dos bancos comerciais privados.

Uma delas — a expansão dos recursos em termos reais manipulados pelos bancos — exige alguns cuidados.

Tudo indica que o comportamento futuro dos custos médios dos bancos comerciais depende diretamente da *taxa de crescimento* dos recursos reais por eles manipulados: se ela for muito pequena, é possível que, mesmo aqueles grupos que têm demonstrado custos médios decrescentes, possam vir a sofrer uma reversão nas suas séries que conduza a índices crescentes ou eventualmente estagnados. Caso a taxa seja elevada, e mantidas as condições observadas desde 1968, tudo indica que os índices continuarão em declínio.

Contudo, se o crescimento dos recursos for muito intenso, há o perigo de o sistema bancário converter-se num foco de pressão inflacionária, facilitando o crescimento de demanda global em termos monetários. Para evitar que isso aconteça, torna-se necessário dar continuidade ao processo de diversificação de ativos pelo aumento dos investimentos mobiliários. Estes, na medida em que se façam em papéis típicos de operações de *open-market* não deverão gerar pressões inflacionárias, pois os recursos estarão sendo transferidos para o setor público e, teoricamente, não deverão ser utilizados no financiamento das expansões de gastos públicos.

De outro lado, parece-nos ser desejável na atual conjuntura econômico-financeira do Brasil, que o sistema bancário comercial seja utilizado para ajudar a estreitar os vínculos entre o setor financeiro e o setor produtivo de bens e serviços. Nesse sentido, a utilização de parte dos recursos do sistema bancário para financiar investimentos novos nos demais setores produtivos torna-se também muito importante.

Naturalmente, limitamo-nos aos comentários que podemos fazer com base nas informações extraídas do nosso trabalho e do material especializado que consultamos.

Estamos perfeitamente conscientes de que mesmo as medidas por nós consideradas desejáveis na atual conjuntura bancária brasileira somente poderão ser adotadas ou reiteradas com base num quadro de referências mais amplo, no qual outras questões devem ser também consideradas.

Esperamos todavia que este trabalho possa ter alguma valia para futuras pesquisas a serem feitas junto aos bancos comerciais brasileiros. Como mencionamos inicialmente, acreditamos que as autoridades monetárias devam orientar os bancos comerciais no sentido de melhorar as estatísticas disponíveis. Acharmos também que um estudo deste tipo deva ser feito no âmbito dos grupos financeiros, através da consolidação dos demonstrativos financeiros do grupo.

Outros trabalhos poderão ser feitos diretamente junto aos bancos com o objetivo de determinar: a) natureza e extensão dos serviços prestados pelos bancos; b) eficiência de cada banco por tipo de serviço; c) qualificação do pessoal empregado e natureza do equipamento por eles utilizado, etc.

Em resumo, tendo presente as limitações do trabalho, estas foram as conclusões básicas a que pudemos chegar. □

¹ Uma revisão extensa das pesquisas que foram feitas nessa área pode ser encontrada no trabalho a ser publicado: *Economias de escala e a estrutura do sistema financeiro: o caso brasileiro*, de A. C. Meirelles, São Paulo.

² Estamo-nos referindo ao número de matrizes, posto que o número de matrizes e agências mantém-se em crescimento até 1968.

³ Utilizamos as demonstrações financeiras publicadas pela *Revista Bancária Brasileira*.

⁴ Ver: Alhadeff, David. *Monopoly and competition in banking*. Berkeley, University of California Press, 1954. p. 57, e Horvitz, Paul M. *Economies of scale in banking*. Research study one in private financial institution, Commission on money and credit, Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1953. p. 4.

⁵ Um estudo igualmente clássico, no qual se utilizou o ativo como medida de produção é o de Schweiser, Irwing & McGee, John S. Chicago Banking publicado no *Journal of Business*, p. 315, July 1961.

⁶ Em verdade existiam 58 nessas condições. A publicação dos demonstrativos de um deles estava incompleta, de forma que não pudemos utilizá-la.

⁷ Conforme explicamos anteriormente, não pudemos manter o mesmo número de grupos durante toda a pesquisa. Inicialmente, trabalhamos com 57 bancos e dividimos o universo em cinco grupos. Na parte final, na qual utilizamos uma amostra de 24 bancos, usamos seis grupos.

⁸ Bell, Frederick W. & Murphy, Neil B. *Economies of scale in commercial banking*. Federal Bank of Boston, 1967, p. 9.

⁹ Schweiser, Irwing & McGee, John S. Chicago banking. *The Journal of Business*, v. 34, n. 3, p. 320, July 1961. Ver também Alhadeff, D. *Monopoly and competition in banking*. op. cit. p. 77-8.

¹⁰ Schweiser & McGee. op. cit. p. 323.

¹¹ Ibid. p. 320. Ver também Horvitz Paul. *Economic of scale in banking*. Research study one in private financial institution, Commission on money and credit, Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1963. p. 15.

¹² The Monopolies Commission. *Barclays Bank Ltd., Lloyds Bank Ltd. and Martin Bank Ltd.* Ed. Her Majesty's Stationery Office, London, July 1968. p. 33.

¹³ Schaefer, Dr. A. *Changing banks in a changing world*. Publicado pelo Union Bank of Switzerland, Zurich, March 1972.

¹⁴ Alhadeff, Charlotte & David. Recent bank mergers. *Quarterly Journal of Economics*, p. 508, Nov. 1955.

¹⁵ Smith, David L. The performance of merging banks, *Journal of Business*, Chicago, v. 44, n. 2, p. 184, Apr. 1971.

¹⁶ Ver o excelente trabalho de Hadley, Eleanor M. *Antitrust in Japan*. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1970. p. 270-1.

¹⁷ Alhadeff, David. *Competition and controls in banking*. Publicado pela University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1968. p. 115.

¹⁸ Ver Treiber, William F. The changing banking scene. *Monthly Review Federal Reserve Bank of New York, N. York*, June 1972, p. 135. Ver também Hoffmann, Diether H. German Banks as Financial Department Stores. In: *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, St. Louis, p. 8, Nov. 1971.